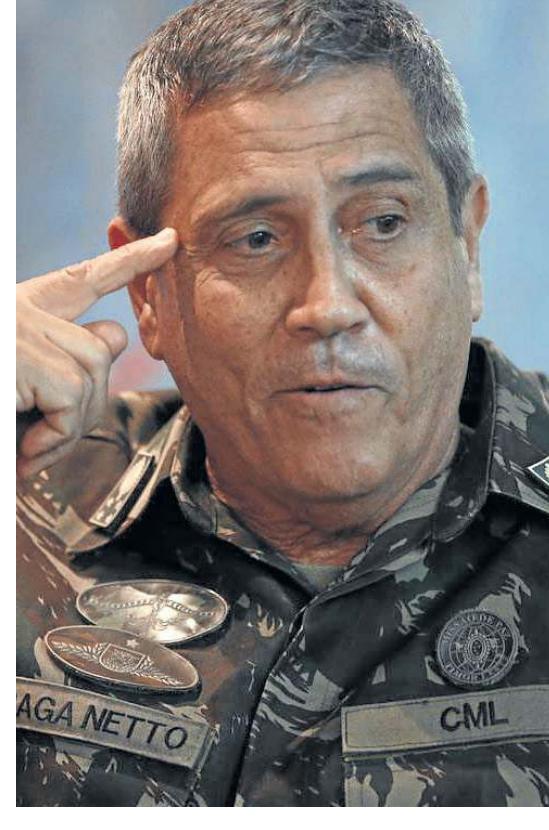




Além de cumprirem pena de prisão por atentar contra democracia, militares serão julgados pelo STM e podem perder as patentes

Fernando Frazão/Agência Brasil



Braga Netto está preso na Vila Militar do Rio de Janeiro desde 14 de dezembro do ano passado

Lula Marques/Agência Brasil



O general da reserva Augusto Heleno, ex-ministro do GSI, cumprirá pena de 21 anos de prisão

Divulgação



O general Paulo Sérgio Nogueira foi ministro da Defesa no governo Bolsonaro: 19 anos de prisão

Reprodução



Almirante Almir Garnier, comandante da Marinha, colocou tropas à disposição para o golpe

# Justiça alcança generais

» VINICIUS DORIA  
» IAGO MAC CORD

O ex-presidente Jair Bolsonaro e os oficiais das Forças Armadas condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), além de cumprirem pena de prisão, podem perder as patentes, mas apenas depois de se submeterem a um outro processo, na Justiça Militar. De acordo com a Constituição, um oficial pode ser expulso das Forças no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão. Esta é a primeira vez na história do país que generais são julgados, condenados e presos por conspiração golpista.

Ontem, no pacote de decisões que fechou o processo contra o núcleo crucial da trama golpista, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, oficiou o Superior Tribunal Militar (STM) e o Ministério Público Militar (MPM) sobre a execução das penas impostas a três generais e um almirante.

"Oficie-se à presidência do Superior Tribunal Militar e à Procuradoria Geral do Ministério Público Militar, nos termos do art. 142, parágrafo 3º, VI e VII, para decidir sobre a perda do posto e da patente de Jair Messias Bolsonaro", diz trecho do despacho de Moraes.

O ex-presidente — que é capitão da reserva —, os generais Augusto Heleno, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Paulo Sérgio Nogueira, ex-ministro da Defesa; Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil; e o almirante Almir Garnier, ex-comandante da Marinha, devem responder a processo de perda da respectiva patente no STM.

A Polícia Federal se organizou para cumprir com discrição — e sem uso de algemas — as ordens de prisão dos militares condenados, depois da definição dos locais de cumprimento das penas por Moraes.

Os agentes só não tiveram trabalho com Braga Netto, que permaneceu preso na 1ª Divisão de

## Onde estão os condenados

Veja os locais em que os sentenciados cumprirão as penas



1 Superintendência da Polícia Federal



Jair Bolsonaro, ex-presidente

2



Augusto Heleno, general, ex-ministro do GSI

3



Anderson Torres, ex-ministro da Justiça

4 Estação Rádio da Marinha



Almir Garnier, ex-comandante

### OUTROS CONDENADOS:



Braga Netto, general, ex-ministro da Casa Civil



Alexandre Ramagem, ex-diretor da Aibin



Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência

Geraldo Alckmin e de Moraes.

Os generais da reserva Augusto Heleno e Paulo Sérgio Nogueira cumprirão as penas de 21 anos e de 19 anos de prisão, respectivamente, nas dependências do Quartel-General do Comando Militar do Planalto (CMP), em Brasília, para onde foram levados na manhã de ontem.

O almirante Almir Garnier, condenado a 24 anos de prisão, cumprirá a sentença em uma cela montada na Estação Rádio da Marinha, no km 45 da DF-001, conhecida como Área Alfa. O *Correio* apurou que ele, ontem, recebeu voz de prisão de agentes da PF e foi encaminhado para exame de corpo de delito, antes de ser transferido para a Área Alfa, que será utilizada pela primeira vez como cadeia militar.

Garnier foi apontado como o único dos três comandantes das Forças Armadas a apoiar as ações golpistas, indicando, inclusive, a possibilidade de adesão de tropas aos planos conspiratórios.

Os militares foram condenados pelos crimes de tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, organização criminosa, dano qualificado por violência e grave ameaça e deterioração de patrimônio tombado.

### Defesas

Matheus Milanez, advogado de Heleno, declarou, em nota, que "reafirma absoluta convicção na inocência" do cliente e que vai insistir na anulação do processo.

Já a defesa de Braga Netto disse que "infelizmente, vemos que o processo está terminando como começou: com a violação sistemática ao direito de defesa". "Seguiremos tomando todas as medidas cabíveis para defender os direitos do general Braga Netto, inclusive perante as cortes internacionais", enfatizou o advogado José Luis Oliveira. (Colaboraram Giovanna Sfalsin, Fernanda Strickland, Raphaela Peixoto e Vanilson Oliveira)

### Deu no

## The Guardian

O jornal britânico ressaltou que, até agora, não houve sinais de protestos em massa ou agitação pela prisão de Bolsonaro. O veículo aponta que a influência do ex-presidente diminuiu drasticamente nos últimos meses, "especialmente após Bolsonaro ter sido preso por adulterar sua tornozeleira eletrônica".

## Le Monde

"Uma inacreditável tentativa de fuga", enfatizou o francês, fazendo referência para o fato do ex-presidente ter danificado sua tornozeleira eletrônica com um ferro de solda.

## THE WALL STREET JOURNAL

O diário norte-americano destacou que as tarifas de Trump, no fim, entregam a Lula um "presente político no Brasil". Não apenas o Supremo Tribunal Federal (STF) prosseguiu para sentenciar Bolsonaro a 27 anos de prisão, mas o confronto com Trump também colocou Lula em uma posição mais forte para vencer as eleições do próximo ano, ressaltou.

## Bloomberg

A agência afirmou que o ex-presidente Jair Bolsonaro experimentou uma rápida queda desde que ascendeu do Congresso brasileiro à Presidência em 2018, uma vitória que lhe rendeu o apelido de "Trump dos Trópicos" por ter modelado sua abordagem política no líder dos EUA.

## REUTERS

A agência deu espaço ao fato de, em uma audiência de custódia no domingo, Bolsonaro ter negado qualquer intenção de fuga, dizendo que acreditava que um dispositivo de rastreamento estava oculto na tornozeleira devido aos efeitos de medicamentos anticonvulsivantes prescritos por diferentes médicos.

# Defesas manifestaram surpresa com decisão do Supremo

A declaração de encerramento do processo da trama golpista, no STF, era prevista para ontem, mas advogados dos condenados se disseram surpresos com o que entenderam como supressão do prazo para recursos finais.

Nos cálculos deles, teriam até a próxima semana para apresentá-los. Pela jurisprudência atual, o STF entende que esse tipo de recurso só é possível no caso de divergência de dois dos cinco votos no julgamento na Primeira Turma.

No caso da trama golpista, só o ministro Luiz Fux votou pela

absolvição, no julgamento de setembro — contra os votos do relator, Alexandre de Moraes, de Cármem Lúcia, de Flávio Dino e de Cristiano Zanin. As defesas, porém, entendem que o voto contrário de Fux dá a elas o direito a mais um recurso.

A movimentação processual pegou as defesas de surpresa. Os advogados pretendiam apresentar os embargos infringentes, e contavam que teriam até 3 de dezembro para isso. O objetivo era fazer o processo passar por um novo julgamento, no plenário do Supremo.

Advogado do ex-presidente Jair Bolsonaro, Paulo Cunha Bueno avaliou o trânsito em julgado como decisão "surpreendente" e disse que os embargos infringentes não dependem de condicionantes.

Cunha Bueno afirmou que entrará com o último recurso ao plenário do STF, apesar do desfecho do caso na Primeira Turma, a qual coube o julgamento da tentativa de golpe.

A defesa do ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança do Distrito Federal, Anderson Torres, protestou contra a decisão.

"Lamento que as inúmeras

provas que demonstram não estar envolvido, direta ou indiretamente, com qualquer tentativa de golpe de Estado, tenham sequer sido consideradas na decisão que o condenou a uma pena duríssima de 24 anos de prisão", afirmou o advogado Eumar Novacki.

### Serenidade

Ontem, o ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou que o desfecho da ação sobre a trama golpista marca o fim de um ciclo que as instituições seguem preservadas". (Agência Estado e Alícia Bernardes)

é difícil para o país. A declaração foi feita após cerimônia das Forças Armadas na Câmara dos Deputados, durante coletiva com a imprensa.

Para Múcio, o momento exige serenidade e compromisso com o futuro. "Estou feliz porque esse ciclo está se encerrando. A gente precisa virar essa página e olhar para frente", frisou.

Segundo o ministro da Defesa, "os CPFs estão sendo punidos, e isso é positivo, porque mostra que as instituições seguem preservadas". (Agência Estado e Alícia Bernardes)